

vida havia atingido aquela porcentagem nestes 10 meses que sucederam ao último reajustamento salarial. Vejam bem, Srs. deputados, reajustamento salarial na base de 72%, oferecido espontaneamente, tendo em vista o insuportável aumento dos preços de todas as utilidades indispensáveis à subsistência. Se a média salarial do professor primário é de Cr\$ 38.000,00 (trinta e oito mil cruzeiros), como poderá este cidadão, nos dias de hoje, sobreviver e, ao mesmo tempo sustentar sua família? Salta aos olhos, Srs. deputados, que é humanamente impossível realizar tal façanha. Podemos afirmar, sem medo de nos excedermos, que é realmente desesperadora a situação pecuniária desses honrados mestres. Quando uma família padrão, composta de quatro pessoas, necessita de pelo menos Cr\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil cruzeiros) para cobrir as despesas com aluguel de casa, roupa, calçado, alimentação, transporte e outras necessidades imediatas, como poderá viver uma, cujo chefe apenas percebe trinta e oito mil cruzeiros? Nem é por acaso que o pensamento da greve começa a dominar totalmente os objetivos dos professores, tal o desespero que lhe é impossível pelas necessidades.

Não podemos, pois, ficar indiferentes ao apelo que nos fazem e, nesta oportunidade, juntamos a nossa palavra àquelas que reclamam a instituição da Referência 53, ao início da carreira do abnegado sacerdócio do magistério.

Era o que tínhamos a dizer, enviando ao Senhor Governador, Dr. Adhemar de Barros, o nosso mais candente apelo para que atenda, imediatamente, a justa reivindicação salarial dos professores primários do Estado.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai responder ao nobre deputado José Lurtz Sabá, embora não tenha sido uma questão de ordem, sobre o incidente ocorrido dentro desta Assembléia, em que S. Exa. faz uma queixa à Mesa, à Presidência que dirige esta Casa. Esta Presidência comunica a S. Exa. que os casos atinentes a funcionários desta Assembléia devem ser endereçados imediatamente ao Sr. Diretor Geral, pois tem esta Casa um diretor geral para cuidar desses assuntos, que estão sob sua responsabilidade. A Mesa tomará as providências que S. Exa. pede mas já se dirigiu ao Sr. Diretor Geral para se inteirar dos fatos relatados por S. Exa. S. Exa. será atendido na sua reclamação, para o que esta Presidência endereçará à Mesa efetiva desta Casa o pedido de V. Exa., embora não tenha sido uma questão de ordem.

Com a palavra o nobre deputado Leonidas Umburanas.

O SR. LEONIDAS UMBURANAS — Sr. Presidente e Srs. deputados, comemora-se amanhã o "Dia do Professor". Neste instante reverenciamos a memória de alguns dos nossos mestres, estes que com tanto sacrifício vão aos mais longínquos rincões da nossa Pátria levar um pouco de ensinamentos, não medindo esforços e sofrimentos.

Mas, Srs. deputados, neste momento tão triste para nós, porque amanhã é o dia em que o Professor recorrerá a uma impiedada extrema, lembramo-nos de trazer alguma coisa do que disse Paulo Bonfim, em uma de suas páginas: "Ai daquele que se conforma em morrer vivo!" E oportuna esta expressão, porque o Professor, levado a uma posição de desespero, vê-se obrigado a fazer greve.

Srs. deputados, nossa solidariedade ao professorado e o profundo pesar ao governo por ter que levar a nobre classe a tão extrema medida. (Palmas na assistência).

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A assistência não pode se manifestar. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian.

O SR. CARLOS KHERLAKIAN — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, toda São Paulo emocionada assistiu e participou da espetacular realização da Televisão Excelsior, "Canal 9", de apoio à Campanha da Cruzada Pró-Infância, visando angariar fundos para sua já tradicional e benemérita atividade assistencial em favor da criança necessitada.

Os responsáveis por aquela organização, capitaneados por Mário e Luiz Simonsen, Edson Luiz e Alberto Saad, contaram com a participação de todos os seus funcionários e artistas, realizaram fato inédito na história de nosso rádio e televisão, conseguindo, através de programações sucessivas, que iniciadas sexta-feira última só terminaram às últimas horas de sábado, de duração aproximada de 27 horas, traumatizar a opinião pública paulistana, que se empolgou com os exemplos de desprendimento, amor, carinho, abnegação dos que corriam ao chamamento para dar a sua contribuição valiosa ou humilde, mas todas elas representando um ato de carinho para com as crianças abandonadas.

Apesar dos dias difíceis que atravessa o País, motivo de apreensão para todos, o paulistano, preocupado com seus problemas pessoais, agravados com a alta constante do custo de vida, tudo deixou de lado, esquecendo-se de seus próprios interesses, para, numa magnífica e comovedora demonstração de seus elevados sentimentos humanitários, participar ativamente dessa inesquecível campanha que a todos envolveu numa atmosfera de carinho e desprendimento.

"Faça uma criança sorrir", lema de uma campanha que ficará permanentemente gravada na lembrança de todos nós, que participamos diretamente ou em espírito desse movimento que empolgou a opinião pública paulista, que dela também se beneficiou, pois uma onda de ternura a todos nós invadiu, lembrando-nos de que muito de bom ainda existe neste mundo, bastando apenas que os que podem tomem a necessária iniciativa de movimentos beneméritos como aquele a que assistimos no último fim de semana.

Queremos, e estamos certos de que assim pensa também toda esta Casa, deixar consignado nos Anais desta Assembléia um voto de congratulações com todos os responsáveis por esse magnífico movimento de solidariedade humana.

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa um voto de congratulações com a Televisão Excelsior, "Canal 9", com os dirigentes da Cruzada Pró-Infância, pela magnífica campanha realizada em favor da criança necessitada.

Sala das sessões, 14 de outubro de 1963

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Oswaldo Santos Ferreira.

O SR. OSWALDO SANTOS FERREIRA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, justas, justíssimas, as reivindicações do professorado primário e secundário, que devem merecer atenção mais acurada do Sr. Governador do Estado. Acabo de receber apelo do professorado secundário, que pleiteia medidas absolutamente justas, as quais o Governo está na obrigação de atender. São as seguintes: volta ao regime de 12 aulas semanais e 50 mensais; vantagens do nível universitário já concedidas a todos os servidores portadores de curso superior, com exclusão dos professores; incorporação das aulas extraordinárias na aposentadoria; aumento proporcional para os professores contratados.

De minha parte, ligado ao professorado por laços de amizade e conhecendo as reivindicações, darei todo meu apoio para que tenham ganho de causa, que é das mais justas que até hoje tenho encontrado.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Silveira Sampaio.

O SR. SILVEIRA SAMPAIO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, sexta-feira última, fiz uma comunicação rápida a este Plenário sobre uma assembleia de diretores, inspetores e delegados regionais do ensino primário, que reuniu os municípios de Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Mauá, Ribeirão Pires e Diadema. Com a prática que temos de assembleias para reivindicação de salários nessa região do A.B.C., posso afirmar que jamais vi um movimento tão coeso, quer com relação à sua unanimidade, quer com relação à sua disposição de luta e entusiasmo. O plenário resolveu, por unanimidade, se a reivindicação mínima de 60 por cento não for atendida, ir à greve no dia 16, acontecimento inédito na história da magistratura paulista. Não sei se a classe, na sua maioria esmagadora, irá até às últimas consequências. No A.B.C., porém, posso afirmar que isso acontecerá, com as consequências graves que resultarão para a tranquilidade social do nosso Estado.

Desta tribuna, renovo o meu apelo ao Sr. Governador do Estado para que as reivindicações mínimas dessa sacrificada classe sejam atendidas. Os professores não estão blefando. Se não foram atendidos, o Governo irá se surpreender com o desfecho da atual crise.

O SR. FLORO PEREIRA DA SILVA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o Governo brasileiro, durante a permanência do Presidente Tito da Iugoslávia em nosso País, firmou um protocolo de comércio com essa nação, para importação de navios. O acontecimento reveste-se de muita importância e, por isso mesmo, merece de nossa parte um registro todo especial. Este registro se impõe, Srs. deputados, porque os eternos forjadores de intrigas já iniciaram o seu "matraquear" contra a iniciativa, usando inclusive sofismas para encobrir a justiça do acordo estabelecido pelo Governo brasileiro.

Façamos, porém, um pequeno histórico da situação da nossa marinha mercante, dos navios que a compõem, para termos uma ideia precisa da oportunidade da iniciativa. É incontestável a necessidade que o Brasil tem de renovar, imediatamente, a sua Marinha Mercante, a fim de que possa atender à crescente demanda de transportes marítimos e, desse modo, assegurar à própria sobrevivência das empresas que se dedicam a esse ramo de transportes.

A carência de navios já deve atingir, neste momento, mais de 400 mil toneladas, somente na cabotagem, impondo a necessidade absoluta de se comprar novas embarcações. Grande parte da nossa frota marítima se compõe de navios antiquados, navios esses que são utilizados até o máximo de sua capacidade e que vão se tornando cada vez mais imprestáveis, justamente porque não são submetidos aos reparos periódicos que se fazem necessários.

É evidente, Srs. deputados, que tudo isso ocorre, principalmente, em virtude da grande demanda que leva as empresas a tirarem o que podem de suas embarcações. Em 1929, por mais incrível que pareça, a nossa Marinha Mercante possuía tonelagem uma vez e meia maior do que o atual. Em consequência de tal fato é que, principalmente no norte e no nordeste do País, as cargas amontoam-se, e muitas vezes se deterioram à espera de navios. Em Olinda, pelo que sabemos, há sempre de 70 a 80 mil toneladas de superfosfatos aguardando transporte. Dos 20 navios tipo "Nação", pertencentes ao Lóide, e que totalizam 140 mil toneladas DW, apenas 5 estão em condições de navegabilidade até o fim do corrente ano. Por outro lado, os nossos estaleiros não estão em condições de atender as nossas necessidades nem mesmo em futuro remoto.

Somente o Lóide Brasileiro necessita, para já, cerca de 38 navios de 10 mil toneladas, para que solucione problemas que são mais do Brasil e do povo do que da própria empresa. Daí o dilema cruel que se apresenta, cruento, ao Governo da República: Ou compramos no exterior os navios de que necessitamos, ou o Lóide Brasileiro desaparecerá dos mares mundiais e, com ele, a bandeira do nosso País. Andou bem, muito bem,

o Presidente da República ao firmar o protocolo com a Iugoslávia.

A importação de navios é necessária e intranferível e ela se fará, estamos perfeitamente elucidados, sem nenhum sacrifício ao Fundo da Marinha Mercante. As unidades que venham a ser compradas na Iugoslávia, navegando e cobrando a taxa de 5% sobre o frete realizado, darão mais de um bilhão de cruzeiros anuais para o Fundo da Marinha Mercante, quantia apreciável que aplicada ao financiamento da indústria naval brasileira, contribuirá de maneira inestimável para liberar o Brasil da importação de navios que hoje é, infelizmente, irrecusável.

Era o que tínhamos a dizer, aplaudindo o ato do Presidente Goulart de trazer novos navios para a nossa periclitante Marinha Mercante.

O SR. GUSTAVO MARTINI (sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, um dos recantos mais pitorescos e de maiores possibilidades turísticas do nosso litoral é, sem dúvida, a ILHABELA, não só pelas suas belezas naturais como também pela sua ligação com o passado colonial e a própria história do Brasil.

Ilhabela passou a figurar no roteiro dos turistas e veranistas, de algum tempo para cá, e vem aumentando, a cada dia, a sua importância dentro do conjunto de pontos de atração do nosso vasto e belíssimo litoral.

Uma lamentável falha, no entanto, poderá causar imensos prejuízos ao reerguimento e ao progresso daquela região. Referimo-nos às deficiências do, por si só, precário sistema de comunicação entre a ilha e o continente.

Sucedem-se, com efeito, as reclamações dos usuários contra o estado de verdadeiro abandono em que se encontra o serviço de "ferry-boat" para Ilhabela, pois são constantes, irritantes e sintomáticas as suas paralisações, sobretudo nos fins de semana, causando aborrecimentos, transtornos, prejuízos e complicações de toda espécie àquelas que esperam contar — o que não corre — com a regularidade do serviço dos "ferry-boats".

Além das interrupções no seu funcionamento, de que vimos falando, há que mencionar também os atrasos e as inesperadas suspensões de travessia que tanto desesperam os usuários.

Acreditamos que tais irregularidades já devem ter chegado ao conhecimento dos dirigentes do D.E.R. — a quem está afeto o serviço dos "ferry-boats" — e também ao Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Dagoberto Sales, pois o noticiário da imprensa, ultimamente, tem sido insistente na divulgação dessas falhas.

Torna-se imperioso pôr termo a essa situação lamentável dos transportes entre Ilhabela e o continente, motivo pelo qual, justificada pelas palavras que vimos de proferir, enviamos à consideração do Sr. Secretário dos Transportes a seguinte indicação:

(Lê): "Indicamos ao Sr. Diretor do D.E.R. e ao Sr. Secretário dos Transportes do Estado a conveniência e a urgência de medidas visando à normalização do serviço de "ferry-boats" entre Ilhabela e o continente, que tem registrado inúmeras e graves irregularidades, com imensos prejuízos e aborrecimentos aos usuários do mencionado serviço."

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

— Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Cid Franco.

(O Sr. Cid Franco pronuncia um discurso que, por depender de revisão do orador, será publicado depois).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Raul Schwinden, por 5 minutos, restante do tempo do nobre deputado Cid Franco.

O SR. RAUL SCHWINDEN (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, de início, agradeço ao ilustre deputado Cid Franco as referências elogiosas feitas ao Magistério e aos presidentes de entidades da classe do magistério paulista. Agradeço a esse ilustre colega e companheiro do Partido Socialista Brasileiro que, em todos os instantes, tem estado ao lado do magistério paulista, nas suas mais justas reivindicações.

Sr. Presidente, Srs. deputados, pela primeira vez na história de São Paulo o magistério oficial entrará em greve no dia 16. Por que isso? Porque as nossas autoridades não compreenderam o papel relevante dos professores no desenvolvimento intelectual, no desenvolvimento de todos os setores da vida de uma nação. Esqueceram-se nossos administradores de que são os mestres que abrem os horizontes, os caminhos para todas as profissões. O magistério secundário entrará em greve no dia 16 porque o Sr. Governador do Estado se esqueceu daquelas reivindicações que havia prometido atender e até este instante não atendeu. O magistério secundário deseja apenas a reparação de uma injustiça. Deseja que seja concedida aos professores do grau médio aquela regalia dada a todos os funcionários públicos portadores de título de curso superior. Só o professor secundário, embora formado pela Faculdade de Filosofia, ainda não goza desse privilégio. Deseja o professor secundário voltar ao regime de doze aulas semanais e cinquenta mensais, porque este foi sempre o regime de trabalho do magistério paulista. Vejam, Srs. deputados, que pela Lei nº 6.812, de 15-6-62, foram os professores elevados da referência 41 para a referência 53. Porém o então governo elevou o teto de aulas, de 50 mensais, para 68. Isso

significa que os professores tiveram, naquela ocasião, apenas um aumento de Cr\$ 19,38 por aula. Foi esse o aumento que os professores tiveram na ocasião, 19 cruzeiros e 38 centavos. Mas, elevando o teto de 50 aulas mensais para 68, o Governo deixou de pagar ao professor secundário 216 aulas anuais, num total de Cr\$ 134.892,00. É essa a economia que o Governo do Estado faz à custa dos professores. Por outro lado, deseja o professor secundário sejam incorporadas as aulas extraordinárias à sua aposentadoria. Não é justo que o professor trabalhe mais de 30 anos, e, depois desse longo período de trabalho, em lugar de ter um prêmio, seja castigado, vendo reduzidos os seus vencimentos em virtude da não incorporação das aulas extraordinárias na sua aposentadoria. Assim, inúmeros professores secundários, já envelhecidos, após tantos anos de serviço, não podem aposentar-se porque o Governo do Estado não quer fazer justiça a esses velhos mestres do magistério secundário. Houve época, em 1850, em que o professor primário gozava das regalias de um capitão da Força Pública. Hoje, não somos contra os aumentos concedidos aos soldados da Força Pública — mas um professor primário recebe menos do que um soldado da Força. O professor secundário, que gozou das regalias de um juiz e de um promotor público, não tem hoje, na hierarquia funcional, uma classificação precisa. Nessas condições, dirijo um apelo ao Sr. Governador do Estado, para que atenda as reivindicações dos professores.

O Sr. Sólton Borges dos Reis (Com assentimento do orador) — Nobre deputado, queria apenas, com a devida vênua da Mesa, solidário com V. Exa., informá-lo de que ouvi, pelo serviço de som, que um dos novos parlamentares teria feito um protesto contra a greve dos professores. Se não é equívoco de minha parte, o nobre deputado citou Paulo Bonfim, o maravilhoso, o admirável poeta de São Paulo, quando se refere aos mortos vivos. Morta viva estaria a classe do professorado se se entregasse de mãos atadas, submissa e acovardada. Ai da nação que contar com educadores amedrontados, que se entregam e não tenham coragem para defender uma causa que o próprio povo reconhece como justa. A negligência, a indiferença e a covardia não constroem e nem educam. A luta dos mestres secundários e primários é uma lição dos educadores para as gerações que vão crescendo. Todos estamos com V. Exa. e o magistério, à frente de um movimento que não tem em São Paulo e no Brasil senão o aplauso do povo e de todas as pessoas de responsabilidade.

O SR. RAUL SCHWINDEN — Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Acaba de chegar à Mesa requerimento do nobre deputado José Costa, solicitando um dia de licença para tratamento de saúde. Fica convocado o Sr. Nilson Ferreira da Costa, dispensado do juramento de praxe por já o haver prestado.

Tem a palavra o nobre deputado Nilson Ferreira da Costa.

O SR. NILSON FERREIRA DA COSTA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ao expressar a minha gratidão aos nobres deputados Floro Pereira da Silva e José Costa, pela oportunidade que me dão de usar esta tribuna, quero inicialmente declarar que aqui se apresenta um representante legítimo do povo de Bauru para expressar o seu protesto contra a deturpação da vontade da população daquela região, que aqui vem sendo feita através de um pseudo representante.

Não me move neste ensejo qualquer laivo de despeito quanto às eleições realizadas em Bauru, porquanto apesar de ter concorrido e ter sido derrotado e superado pelo candidato governista do P.S.P., sou considerado pela população como moralmente vencedor daquele pleito, tal a parcela de poder que empunhamos os demais candidatos, tal o tempo diminuto que nos foi dado para encetar a campanha e tal a pouca quantidade de dinheiro de que dispunhamos para enfrentá-la.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, queremos aqui lançar o nosso libelo contra aquele que, como já dissemos, deturpou a vontade do eleitorado de Bauru e regiões vizinhas sustentando uma luta inglória pelo restabelecimento da jogatina em nosso Estado e que, agora desta tribuna, em terras de Bauru, vem usando o seu posto de deputado estadual para vilipendiar o conceito desta Assembléia, lançando perante o povo da sua região, um conceito totalmente errôneo do que representa realmente a Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente e Srs. deputados, queria referir-me, inicialmente a dois aspectos das dificuldades que enfrentei na eleição em Bauru, não que digam respeito à minha pessoa, mas porque sintetizam as dificuldades de todos aqueles que, não possuindo o poder econômico e não possuindo a máquina do poder estatal, têm de enfrentar as urnas e a vontade do povo apenas com a coragem cívica das mensagens essenciais ao desenvolvimento da nossa terra. E neste sentido queria lembrar o exemplo de uma cidade da região de Bauru, onde um rico industrial há muito tempo vem vendendo gêneros alimentícios a preço incrivelmente abaixo do seu custo para torcer a vontade do eleitorado e conseguir assim a vitória de uma mensagem que não representa o ideal para São Paulo. Esse grande industrial, apresentando-se a uma cidade que não é a sua, vendendo gêneros alimentícios abaixo do custo, dá-nos um de dois exemplos: ou vende abaixo do custo demonstrando que poderia vendê-los durante todo o tempo por esse preço, e demonstrando que explora o povo através de suas atividades, quando apenas em vésperas de eleições pode oferecer gêneros alimentícios a preços abaixo do